



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

LEI Nº 9.445, DE 02 DE AGOSTO DE 2011
AUTORIA: DEPUTADO VITURIANO DE ABREU

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros no âmbito do Estado da Paraíba dotarem suas agências bancárias de bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Faço saber que Assembléia Legislativa decreta, e eu, nos termos do § 7º c/c o § 3º, do art. 65, da Constituição Estadual, PROMULGO a seguinte Lei, resultante da sanção tácita e, em razão da intempestividade do VETO TOTAL do Governador do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 13 de julho do corrente ano.

Art. 1º Ficam os estabelecimentos financeiros, obrigados a implantarem, no âmbito do Estado da Paraíba e em suas respectivas agências bancárias bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

Art. 2º Deverão ser afixados em local de boa visibilidade, placas e avisos indicativos, contendo a informação para o cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Os estabelecimentos bancários deverão fiscalizar e coibir o uso dos equipamentos de telefonia celular e rádios de comunicação no interior de suas dependências.

Art. 4º Fica estipulado um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação, para que os estabelecimentos financeiros possam se adequar a presente Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento da presente Lei, sujeitará os estabelecimentos financeiros às multas e sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º Todos os equipamentos que se refiram ao bloqueio de telefones celulares e rádios de comunicação implantados nos estabelecimentos financeiros deverão ser revisados periodicamente e os respectivos laudos, datados e assinados por responsável técnico e enviados à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 02 de agosto de 2011.



RICARDO MARCELO
Presidente



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Epitácio Pessoa
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu

PROJETO DE LEI Nº 149/2011

Autor: Dep. ANTONIO VITURIANO DE ABREU

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DO ESTADO DA PARAÍBA DOTAREM SUAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS DE BLOQUEADORES DE TELEFONIA CELULAR E RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA RESOLVE:

Art. 1º- Ficam os estabelecimentos financeiros, obrigados no âmbito do Estado da Paraíba, implantarem em suas respectivas agências bancárias bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

Art. 2º- Deverão ser afixado em local de boa visibilidade, placas e avisos indicativos, contendo a informação para o cumprimento da presente lei.

Art. 3º Os estabelecimentos bancários deverão fiscalizar e coibir o uso dos equipamentos de telefonia celular e rádios de comunicação no interior de suas dependências.

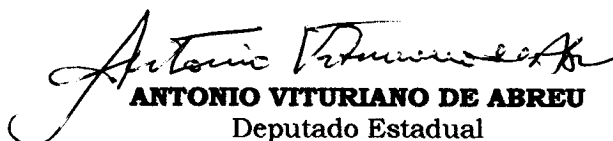
Art. 3º- Fica estipulado um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação, para que os estabelecimentos financeiros possam se adequar à presente lei.

Parágrafo único: O não cumprimento da presente lei, sujeitará os estabelecimentos financeiros às multas e sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º - Todos os equipamentos que se refiram ao bloqueio de telefones celulares e rádios de comunicação implantados nos estabelecimentos financeiros deverão ser revisados periodicamente e os respectivos laudos, datados e assinados por responsável técnico e enviados à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa, Sala das Sessões, 23 de março de 2011.


ANTONIO VITURIANO DE ABREU
Deputado Estadual

APROVADO EM ÚNICO TURNO
em 15/06/2011



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete do Deputado Vituriano de Abreu

03
P. 11
24/3/11
Vitoriano

JUSTIFICATIVA

A lei municipal 11.359, de autoria do vereador Durval Ferreira e em vigor na Capital paraibana desde janeiro de 2009, determina a instalação de um painel opaco entre os caixas e os clientes em espera, bem como proíbe o uso de aparelhos celulares no interior das agências bancárias, na área de atendimento dos caixas.

Com a implantação da lei nas agências de João Pessoa, houve uma redução significativa dos crimes conhecidos como 'saidinha de banco'.

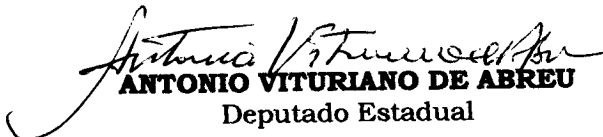
Faz-se necessário que medidas de segurança preventiva como estas, sejam expandidas para todo o Estado da Paraíba, evitando que pessoas mal intencionadas, passem com rapidez informações a comparsas que estejam fora das agências, habituados a abordarem os clientes na saída das agências bancárias e pratiquem o roubo.

Por outro lado, percebe-se a dificuldade dos estabelecimentos financeiros proibirem o uso de aparelhos celulares ou rádios de comunicação, bem como a impossibilidade de custódia dos citados aparelhos em razão da insistência de usuários.

Desta maneira, faz-se necessário a aprovação do presente projeto de lei, uma vez que não haveria nenhum tipo de constrangimento de abordagem para com os usuários, os quais ao tentarem utilizar seus aparelhos, os mesmos estarão sem sinal por conta do bloqueador, desistindo em seguida e conscientizando-se, que poderão voltar a fazer uso de seus aparelhos ao saírem das agências, de forma simples e prática, sempre em nome da segurança de todos que utilizam a rede bancária.

Assim sendo, objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a deliberação favorável a sua aprovação.

Assembléia Legislativa, Sala das Sessões, 23 de março de 2011.


ANTONIO VITURIANO DE ABREU
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA

**REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIACÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
P. 204
no 1219/11
V. 001

Registro no Livro de Plenário
Às fls. 274 sob o nº 1219/11
Em 27/4/2011
P. Vilma Santos
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 28/04/2011
P. Vilma Santos
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 28/04/2011.
P. Vilma Santos
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 28/04/2011
Vilma Santos
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

À Comissão de Constituição, Justiça e
Redação para indicação do Relator
Em ____ / ____ / 2011.

Secretaria Legislativa
Secretário

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2011

Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico
Em ____ / ____ / 2011

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator e Deputado
DANIELA ZILBERMAN
Em 11/05/2011

Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2011
Parecer _____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (_____) Turno
Em ____ / ____ / 2011.

Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(02) Pagina (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em 27 / 04 / 2011.
X. N. Oliveira
Funcionário



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 149/2011

Parecer nº 146/2011.

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros no âmbito do Estado da Paraíba dotar suas agências bancárias de bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

AUTOR :Deputado Vituriano de Abreu

RELATORA:Deputada Daniella Ribeiro

RELATÓRIO

Da Proposta Legislativa

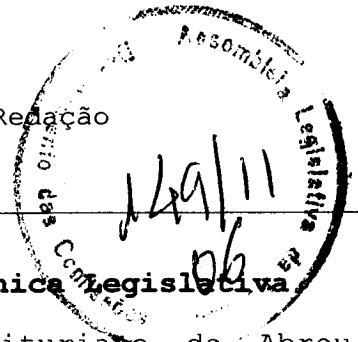
Chega para exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 149/2011, de autoria do nobre Deputado Vituriano de Abreu que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros no âmbito do Estado da Paraíba dotar suas agências bancárias de bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.".

Justificando a iniciativa de proposta de lei, o Deputado diz que se faz necessária medidas de segurança preventiva como estas, sejam expandidas para todo o Estado da Paraíba, evitando que pessoas mal intencionadas passem com rapidez informações a comparsas que estejam fora das agências, habituados a abordarem os clientes na saída das agências bancárias e pratiquem o roubo.

Autuada a matéria para tramitação regimental, constou no Expediente do Dia 28/04/2011, vindo a esta Comissão para exame e elaboração de parecer.

É relatório.

VOTO DO RELATOR



Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A proposição de autoria do Deputado Vituriano de Abreu, obedece às normas contidas nas Constituições, Federal e Estadual cujo exame cabe a esta Comissão temática. Confira-se

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1) legitimidade de iniciativa concorrente

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
....."

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

1) Objetivo prioritário do Estado;

"Art. 2º São objetivos prioritários do Estado:

I - garantia da efetividade dos direitos subjetivos públicos do indivíduo e dos interesses da coletividade;

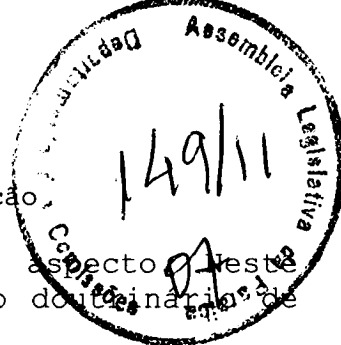
.....
XIV - primazia do interesse público, objetivo e subjetivo;"

2) Atribuição do Poder Legislativo, com posterior pronunciamento do Governador do Estado;

"Art. 52. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:"

3) legitimidade de iniciativa concorrente;

"Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)"



A doutrina não controverte a respeito deste aspecto. Neste sentido, confira-se por todo o clássico magistério doutrinário de Antônio Cláudio da Costa Machado:

"(...) Assim, há uma maior autonomia legislativa dos Estados-membros, pois esses podem realizar a iniciativa legislativa de forma completamente independente da União. Como bem esclarece o dispositivo constitucional federal (art. 24, § 3º), na ausência de iniciativa da União, a competência legislativa do Estado-membro se torna plena, podendo, portanto, inclusive normatizar questões mais amplas. Assim, o diploma que editar deverá ser completo, com normas gerais que forem necessárias dentro de seu âmbito territorial e normas específicas que considerar adequadas à realidade local. (grifo nosso)"

Analisando este panorama constitucional sobre o assunto, se comprova que a norma articulada, não se limita dentre aquelas assinaladas como de iniciativa privativa do Governador do Estado à luz do que preconiza o parágrafo 1º, inciso II, do art. 63, da Carta Estadual, além do pressuposto da força imperativa indispensável a sua formação a proposta articulada explana a vontade pública, de forma preventiva e informativa em favor de toda população, trazendo ao cidadão a segurança necessária para quando se utiliza dos serviços da rede bancária no âmbito do Estado da Paraíba.

Da Conclusão

Pelo todo exposto, voto pela da **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA**, por considerar que o Projeto de Lei nº 149/2011, contempla os aspectos a ser observado quanto à feitura das leis, seja, portanto, submetida à Comissão temática pertinente, o exame do mérito que se reveste a matéria.

É o voto.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


Deputada **DANIELLA RIBEIRO**
Relatora



PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida e após deliberação, votam pela declaração de **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto de Lei N° 149/2011, acatando o arrazoado voto da Senhora Relatora.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


Deputado LINDOLFO PIRES
Presidente


Deputado JANDUIR CARNEIRO
Vice-Presidente

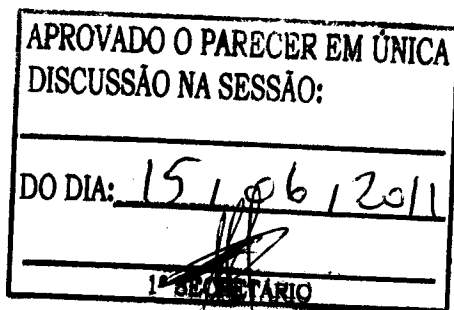

Deputada LEA TOSCANO
Membro


Deputado RANIERY PAULINO
Membro


Deputada FRANCISCA MOTTA
Membro


Deputada DANIELLA RIBEIRO
Membro

Deputado ANTÔNIO MINERAL
Membro



Apreciada Pela Comissão
No Dia 07/06/11



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

Ofício nº 87/2011

João Pessoa, 15 de junho de 2011.

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 149/2011, de autoria do Deputado Estadual Vituriano de Abreu que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros no âmbito do Estado da Paraíba dotarem suas agências bancárias de bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.”.

Atenciosamente,


RICARDO MARCELO
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
DR. RICARDO VIEIRA COUTINHO
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
“Palácio da Redenção”
João Pessoa – PB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 87/2011
PROJETO DE LEI Nº 149/2011
AUTORIA: DEPUTADO VITURIANO DE ABREU

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos financeiros no âmbito do Estado da Paraíba dotarem suas agências bancárias de bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos financeiros, obrigados a implantarem, no âmbito do Estado da Paraíba e em suas respectivas agências bancárias bloqueadores de telefonia celular e rádios de comunicação.

Art. 2º Deverão ser afixados em local de boa visibilidade, placas e avisos indicativos, contendo a informação para o cumprimento da presente Lei.

Art. 3º Os estabelecimentos bancários deverão fiscalizar e coibir o uso dos equipamentos de telefonia celular e rádios de comunicação no interior de suas dependências.

Art. 4º Fica estipulado um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação, para que os estabelecimentos financeiros possam se adequar a presente Lei.

Parágrafo único. O não cumprimento da presente Lei, sujeitará os estabelecimentos financeiros às multas e sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º Todos os equipamentos que se refiram ao bloqueio de telefones celulares e rádios de comunicação implantados nos estabelecimentos financeiros deverão ser revisados periodicamente e os respectivos laudos, datados e assinados por responsável técnico e enviados à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Eptácio Pessoa”, João Pessoa, 15 de junho de 2011.


RICARDO MARCELO
Presidente